

## Sionismo: modos de usar

Bentzi Laor

Começo parafraseando o início tão conhecido do Manifesto Comunista - “Um espectro ronda a Europa - o espectro do Sionismo. Todas as potências da velha Europa unem-se numa Santa Aliança para conjurá-lo...”. Podem-se alargar as fronteiras definidas acima e adicionar mais alguns continentes, e, da mesma forma, adicionar o antissemitismo também, ou uma mescla dos dois.

A forma de referir-se a este espectro atormenta quase todas as pessoas que se julgam liberais, esclarecidas, atualizadas e com senso de justiça. Atormenta principalmente os judeus, dentro e fora de Israel, que, novamente, se sentem perseguidos. Alimenta e reforça agendas políticas de grupos e movimentos com interesses, alguns mais transparentes, outros menos. E, principalmente, desperta um discurso problemático e perigoso em torno de direitos, legitimidades, narrativas históricas. O Sionismo teve seu período de glória e agora se vê questionado. E o antissemitismo, como sabemos, esteve continuamente rondando os becos escuros, mas não só; na verdade, sempre esteve muito presente, em plena luz do dia, nos últimos dois milênios.

A discussão sobre o Sionismo, tão antiga quanto ele próprio, tanto entre judeus como entre não judeus, é complexa e apaixonante, como só ideias controversas e polêmicas sabem ser. Mas, se nos primórdios do movimento sionista a discussão foi fértil, desenvolvendo-se e moldando-se contemporaneamente a eventos históricos marcantes, nos últimos anos se transformou em retórica vazia que serve de fantasia, como pano de fundo de processos turvos e duvidosos. O termo Sionismo se tornou, em muitos meios, alguns deles até bastante esclarecidos, sinônimo de racismo, discriminação, injustiça. Entre os judeus e, principalmente, entre os israelenses, simboliza o pomo de uma discórdia divisória e destrutiva.

A principal crítica contra o Sionismo se resume ao seguinte: no momento em que se definiu como objetivo a criação de um lar nacional na Palestina, onde já havia uma população local, assentaram-se as bases de um conflito inevitável, em que o outro lado acabaria despojado de suas terras, criando sua própria ilegitimidade. Esta crítica parece difícil de ser refutada, uma vez que condiz com a realidade, pondo na defensiva os que creem que os judeus devem ter um lar nacional. Estes, além de se defender valendo-se dos argumentos originais do Sionismo, intimamente ligados às perseguições antisemitas na Europa Oriental, demonstram que, no decorrer dos anos, os países árabes e os palestinos sempre hostilizaram este lar nacional, iniciando guerras e fomentando terrorismo.

Este texto tenta mostrar que, na degradação da percepção do Sionismo, existe uma dinâmica na qual, por um lado, há uma série de acontecimentos casuais, produção de identidades, inversões de forças, inconstâncias de vocabulários, e, por outro lado, uma tentativa de escrever este período histórico de forma teleológica, fruto de intenções inquestionáveis, ordenação de causas e efeitos e forças quase metafísicas que levam a um resultado pré-determinado.

Nas palavras de Nietzsche, “As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta.”<sup>1</sup> Ou, como escreve Veyne:

Se a Providência dirige a História, e se a História é uma totalidade, então o plano divino é indiscernível; como totalidade, a História escapa-nos, como entrecruzamento de séries, ela é um caos semelhante à agitação de uma grande cidade vista de um avião.

Ao pensar o Sionismo, é preciso estudar os detalhes de suas discontinuidades, suas contingências e suas encruzilhadas inevitáveis, sem caminhos pré-favorecidos, lembrando que “forças não se manifestam como forças sucessivas de uma intenção primordial, como também não têm o aspecto de um resultado”<sup>2</sup>.

---

1 Nietzsche, F. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. Tr. br. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, II, 12.

2 Foucault, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 28.

Ao invés de pensar o Sionismo como uma ideia libertária que podia ter se desenvolvido em inúmeras possibilidades de integração étnica, justiça social, diversidade política e paz, principalmente paz, o que prevaleceu foi uma percepção do Sionismo como uma doutrina que conduziu a um conflito inevitável, radicalizando-se cada vez mais por meio do unidimensionamento do discurso, levado a cabo pelos dispositivos de poder no decorrer dos anos, e atuando por intermédio de práticas políticas e sociais que refletem o poder hegemônico.

Não é de surpreender que, geralmente, se encontre na historiografia, nos textos acadêmicos, na linguagem jornalística, em suma, nos dispositivos de poder que produzem saber, uma narrativa convergente, contínua e simplista de um processo aparentemente inevitável cujos motivos são claros e cujos personagens exercem efetivamente funções pré-determinadas, e no qual, apesar dos imprevistos e obstáculos, os objetivos são alcançados.

A conclusão, desagradável para muitos, será de que a deterioração da percepção do Sionismo é inevitável desde que foi adotado incessantemente pelos aparelhos do Estado e demais agentes do controle das práticas políticas e sociais, a ponto de ser sinônimo de condutas governamentais (nas suas versões mais tendenciosas e instrumentais) e ser confundido com demonstrações de força alheias às suas raízes, para facilitar uma subjetivação mais eficaz de uma população a ser disciplinada. O Sionismo, assim veremos, deixou de ser visto como uma ideia libertária de emancipação nacional válida e aceita; e, tendo continuamente sido “usado e abusado” como ideologia (muitas vezes regressiva), adquiriu sua principal característica: ser a voz do poder hegemônico do Estado (e reverberado pelas coletividades judaicas no mundo). Em tal situação, torna-se vulnerável a críticas hostis que, eventualmente, abrem também a caixa de Pandora do antissemitismo.

Uma reflexão mais profunda revela porque pode existir, hoje, em Israel, um regime que exerce um colonialismo opressivo nos territórios ocupados e põe em prática, dentro da linha verde, medidas antidemocráticas de discriminação extrema contra minorias, sejam étnicas, sociais ou culturais, sem que exista uma oposição de casa ativa e militante. A resposta estará, talvez, no fato de que o modelo das práticas hegemônicas não mudou muito no decurso dos anos, apenas os agentes do poder foram se alternando. Por isso, existe no ar uma esquizofrenia entre os que se identificam como “esquerda” e que historicamente controlavam os dispositivos de poder antes de haver uma inversão de forças: eles não são capazes de ir até o fim em suas atuações dissidentes, porque invariavelmente sobra uma identificação

remota com as práticas de poder atuais, tão parecidas com as que eles próprios exerciam.

A grandeza do Sionismo, em sua aparição, foi sua simplicidade. Mais se parecia a um manifesto, um apelo a uma ação, sem uma doutrina detalhada que a fizesse se assemelhar a uma ideologia, já que “a noção imanente da ideologia como doutrina, conjunto de idéias, crenças, conceitos e assim por diante, é destinada a nos convencer de sua ‘veracidade’, mas, na verdade, serve a algum inconfesso interesse particular do poder.”<sup>3</sup>

Esta simplicidade custou caro, no final das contas. Qualquer conteúdo serviria de “recheio”, tentando essencializar o Sionismo e dele se apropriar, e usá-lo, na sequência, como vitrina para disfarçar práticas diversas. Dizer que o Sionismo é o discurso hegemônico seria muito simplista, pois é este último que sempre se autodefine como sionista.

## **A subjetivação do indivíduo**

O processo de subjetivação de indivíduos numa coletividade provém de um vasto campo de relações de poder e criação de saberes no qual prevalece não uma repressão, mas uma disciplina voluntária que constrói um unidimensionalismo dócil e manejável.

Para Foucault, seguindo o pensamento de Nietzsche, não existem verdades absolutas, mas cada sociedade “tem seu regime de verdade”, isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros. Ou seja, cada sociedade possui os mecanismos que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos. Assim, “um discurso acolhido como verdadeiro, além de coagir, julgar, condenar e classificar, atua excluindo outros discursos, desqualificando-os perante a sua hegemonia de discurso universalizante.”<sup>4</sup>

O discurso atravessa todos os elementos da experiência, pois ele está em todo conjunto de formas que comunicam um conteúdo, qualquer que seja a linguagem à qual pertençam. Desta maneira, mais importante que o conteúdo dos discursos, é o papel que eles desempenham na ordenação do mundo: um discurso dominante tem o poder de determinar o que é aceito ou

---

3 Zizek, S. *Um mapa da Ideologia*. Tr. br. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 15.

4 Foucault, M. *Microfísica...*, op. cit., p. 12.

não numa sociedade, independentemente da qualidade do que ele legitima. O discurso dominante não está comprometido com uma verdade absoluta e universal. Pelo contrário, é ele que produz a verdade (logo, esta é arbitrária) que legitima um certo campo de enunciados e marginaliza outros - num processo que o autor chama de partilha da verdade. Importa apenas o que o discurso hegemônico estabelece como verdade em favor de sua manutenção.

De outra parte, a noção de discurso supõe uma prática, uma relação da linguagem com outras coisas.

O discurso como prática é essa instância da linguagem em que a língua está relacionada com outras coisas que não são linguísticas. O discurso é uma prática, com um conjunto de regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço, as quais definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.<sup>5</sup>

O trabalho de Foucault é descrito por ele mesmo como “entender de que modo a combinação entre uma série de práticas e um regime de verdade forma um dispositivo de saber-poder”.<sup>6</sup>

E no que consiste o poder? “Consiste na capacidade de conduzir, não fisicamente, as condutas do próximo, de colocar em marcha as pessoas sem puxá-las pelas mãos ou pelos pés.”<sup>7</sup>

Diz Roberto Machado:

Sem querer negar a importância do Estado, é importante entender que as relações de poder ultrapassam o nível estatal e se estendem por toda a sociedade [...] o que existe são relações de poder, isto é, formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.<sup>8</sup>

---

5 Foucault, M. *Arqueologia do Saber*. Tr. br. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 147.

6 Foucault, M. *Nascimento da Biopolítica*. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tr. br. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 22.

7 Veyne, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Tr. br. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 105.

8 Machado, R. *Por uma Genealogia do Poder*. In: Foucault, M. *Microfísica...*, op. cit., p. x.

Ou, como escreve Foucault a respeito da subjetivação pelo poder:

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ‘ele exclui’, ele ‘reprime’ ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde’. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.<sup>9</sup>

No que se refere à produção de saberes, diz Foucault:

Temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar, ao contrário, que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.<sup>10</sup>

Principalmente, o poder-saber define os limites do que não se fala, do que não se questiona, do que é permitido pensar sem ser subversivo. E o que é considerado verdade tem que ser obedecido.

A constituição da subjetividade deve ser entendida como uma série de processos que envolvem produção de sujeitos. Estes sujeitos adotam maneiras determinadas de pensar, atuar, sentir, e têm uma predisposição previsível para interpretar o mundo de uma determinada forma. Indivíduos se tornam, por exemplo, “sujeitos consumidores de mercadorias”, “sujeitos

---

9 Foucault, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tr. br. Raquel. Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 161.

10 Foucault, M. *Vigiar e Punir*, op. cit., p. 30.

praticantes de ritos religiosos”, “sujeitos educadores de crianças que poderão se integrar na sociedade”, enfim, sujeitos que colaboram no sentido positivo, sem se dar conta das implicações de tais posturas.

A subjetivação de indivíduos acontece em qualquer comunidade, sem dúvida. No entanto, há casos em que o processo de subjetivação surge de um exercício de poder que necessita de um hermetismo absoluto, sem brechas para questionamento. Como é possível manter tal hermetismo (sem o uso da força, como em regimes totalitários) e ter um coletivo recrutado constantemente? A resposta está na etiqueta promocional das verdades produzidas, o que as faz especiais e inquestionáveis, e inevitáveis dentro de um contexto narrativo.

Esta é a prática *sui generis* pela qual tudo é feito como “ato sionista”. Indivíduos não se tornam simplesmente “agentes do sionismo”, tornam-se agentes de poderes alheios aos objetivos do Sionismo (emancipação nacional e social), convencidos de que são agentes do Sionismo.

## **O Sionismo, considerações gerais**

O Sionismo surge na segunda metade do século XIX, num contexto onde judeus da Europa Oriental se sentem, de modo acentuado, mais perseguidos e, portanto, mais incrédulos em relação a alguma mudança de rumo por parte dos governos e das populações locais, e, por outro lado, os judeus da Europa Central e Ocidental fazem esforços notáveis em sua integração na sociedade, mas sem uma certeza de segurança no futuro.

A face libertária do Sionismo se molda de forma coerente, apesar da heterogeneidade das condições locais em que viviam os judeus, suas múltiplas bagagens culturais e diferentes aspirações.

Diz a professora de direito e jurista Ruth Gavizon:

O sionismo e a plataforma da totalidade das concepções que veem os judeus não só como uma coletividade religiosa, mas também como uma comunidade nacional, cultural e histórica. Pois a forma de conservar tais coletividades e o fortalecimento de sua coesão, já que a existência judaica, somente como minorias entre os povos, pode levar ao enfraquecimento da existência judaica, a perseguições e a assimilação. E, portanto, é necessário criar um lugar onde judeus não serão controlados por outros povos, e que poderá ser um centro cultural e espiritual para todos os judeus do mundo. E, pelos laços históricos, culturais e religiosos do povo judeu com a terra de Israel, tal lugar deve ser Sion.<sup>11</sup>

---

11 Em artigo foi publicado em 2014 pelo Institute for Zionists Strategies, Jerusalém.

Segundo esta visão, o Sionismo, como manifesto, articula um conjunto de ideias que se refere a uma realidade social existente (a frágil e perigosa diáspora) e prega aos judeus uma linha de ação (a criação de um lar nacional onde tenham um futuro mais seguro). Ele conscientiza seus seguidores da problemática, outorgando-lhes um mapa cognitivo de sua situação relativa e da (falta de) perspectiva dos judeus na diáspora.

Mesmo levando em consideração que, desde o princípio do movimento sionista, existiram diferentes interpretações (socialista, religiosa etc.), o denominador comum é a interpretação de que a falta de um lar nacional judaico perfaz o problema (e a solução) da instabilidade e do futuro da diáspora judaica.

É preciso ter em mente ainda que este movimento de emancipação nacional sempre teve como característica predominante a padronização do discurso por parte de centros de poder que emergiam e desapareciam, mantendo invariavelmente o mesmo molde. É este padrão de relações de poder e o que aconteceu nas inversões das forças nas descontinuidades históricas que interessa a este texto examinar. O método consiste em “[...] compreender que as coisas não passam de objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz do sol, já que a consciência não as percebe.”<sup>12</sup>

Segundo Gavizon, “Tal ideologia alcançou um êxito extraordinário quando realizou seu objetivo e, agora, depois de fundado o Estado, precisa continuar a lutar pela preservação das condições segundo as quais os judeus poderão viver em segurança e com respeito numa sociedade na qual desfrutem de uma identidade nacional própria.”

Se, por um lado, o movimento Sionista pode ser considerado como parte do processo histórico europeu de criações de nações-estados que teve seu protagonismo na segunda metade do século XIX e princípios do século XX, por outro, esse comentário faz referência ao Sionismo como ideologia de Estado, isto é, algo que transcende as práticas, agrega conteúdos e serve de instrumento de poder, abarcando toda e qualquer conotação negativa de ideologia, como escreve Zizek:

A ideologia é uma comunicação sistematicamente distorcida: um texto em que, sob a influência de interesses sociais inconfessos (de dominação etc.), uma lacuna separa seu sentido público “oficial” e sua verdadeira intenção – ou seja, em que lidamos com uma tensão não refletida entre o conteúdo enunciado explicitamente no texto e seus pressupostos pragmáticos.<sup>13</sup>

---

12 Veyne, P. *Como se escreve a história / Foucault revoluciona história*. 3. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1992, p. 162.

13 Zizek, S. *Um mapa...*, op. cit., p. 16.

Neste contexto é importante entender as conotações negativas do nacionalismo, quando se perpetua num Estado já consolidado.

Tomemos então o lema dos nacionalistas - “Não somos um país qualquer” (como se existissem países quaisquer...). Depreende-se que os valores, costumes e leis não podem ser julgados objetivamente, pois o fato de serem “nossos” já lhes outorga uma posição preferencial. A ideologia tende a uma referência étnica, mais do que social, de modo que há uma erosão contínua de uma convivência baseada na diversidade. Enfim, se produz um discurso hegemônico e fechado, baseado em conceitos com significados particulares, narrativas históricas parciais e tendenciosas, e imagens e símbolos carregados de valor sentimental e emotivo.

A diferença como expressão de uma diversidade social se converte em diferença como fator de hierarquização e discriminação, e a exigência de tolerância perde prioridade diante de missões mais urgentes.

O Sionismo serviu de etiqueta e "*trade mark*" para políticas nacionalistas e sociais, colocado em contextos enganosos como disfarce. Sendo um manifesto sem plano de ação detalhado, aceito unanimemente, apesar de promover um objetivo claro, foi facilmente recrutado, continuamente, como alibi e porta-estandarte de uma rede de dispositivos de exercício de poder. Desse modo, as decisões e condutas do aparelho de Estado injustamente se atribuíram o adjetivo “sionista”.

## **O Sionismo e a Terra**

Apesar do fato de Israel, como lugar histórico dos judeus, ter sido predominante na manifestação do movimento sionista e na inspiração da emancipação nacional judaica, as regiões colonizadas nos primeiros anos têm uma importância limitada na historiografia bíblica.

A narrativa bíblica serviu mais como um alicerce para reforçar o discurso sionista e menos como um retorno, interpretado literalmente, a lugares no mínimo históricos, senão sagrados. Tentativas de estabelecer um lar nacional judaico em Uganda ou na região de El Arish, no Sinai, fracassaram. Mas, da importância simbólica da terra bíblica até a colonização pontual de lugares ditos sagrados, havia um percurso extenso que não foi trilhado.

As ondas de imigração desde os primórdios do movimento sionista até as vésperas da guerra da Independência em 1947 se estabeleceram em terras que foram gradualmente compradas de latifundiários árabes ricos, muitos deles residentes fora da Palestina, embora não exclusivamente. As terras escolhidas se encontravam em sua absoluta maioria em regiões planas

propícias para agricultura e relativamente próximas de algum porto. A região da costa mediterrânea, o vale de Yzreel (Jezreel) e o norte da Galiléia concentravam a maior parte da população.

Metade da costa mediterrânea era, segundo a Bíblia, dominada pelos filisteus, e o norte da Galiléia também desfrutava de pouco protagonismo nos textos bíblicos. É interessante o fato de que alguns lugares mais sagrados, e onde se conservou uma presença judaica ininterrupta, mesmo nos anos da diáspora, como Hebron, Tzfat (Safed) inclusive a Cidade Velha de Jerusalém, foram vistos como pouco prioritários e atrativos nesta fase.

Todavia, a relação poder-verdade vestiu-se de um pragmatismo que pregou uma prioridade diferente: terras agrícolas para produzir, criar emprego e construir uma base econômica no futuro lar nacional. O discurso hegemônico, com os dispositivos de poder inteiramente dedicados à urgência de criar um lar nacional, promoveu um câmbio temporário entre a narrativa bíblica e as contingências imediatas, evidentemente rotulando de forma bem prática tais políticas como autenticamente sionistas. Estabelecer-se em uma terra virgem e abandonada e fazê-la florescer era a subjetivação funcional respondida com entusiasmo na prática do “sionismo como renascimento do povo judeu”.

A guerra da Independência, com a vitória do exército israelense, possibilitou a anexação de novas terras ao recém-criado país. Centenas de milhares de palestinos tiveram que abandonar suas casas, seja por expulsão, seja por fuga voluntária. Israel não permitiu seu retorno. Os motivos eram claros: criar uma continuidade territorial entre diferentes concentrações de localidades judias isoladas entre si (antes da guerra), manter uma profundidade estratégica mais estável, e usufruir de terras novas para futura colonização. De novo, nada a ver com os textos bíblicos, e sim um resultado aleatório inesperado de uma guerra pouco previsível.

Em um prazo de tempo curtíssimo, o Estado destruiu todas as localidades palestinas desocupadas, apagando os vestígios de sua presença. O saber estava se reconstruindo em tempo real, o discurso hegemônico mostrava que o Estado se expandia em terras vazias. Nomes de centenas de localidades foram apagados da história. Desse modo, “[...] por intermédio do desaparecimento de vestígios do passado cultural palestino da paisagem, Israel fez desaparecer a ligação deles com a terra e enfraqueceu o seu argumento de demandas futuras. Assim, apagou-se os palestinos da memória coletiva do lugar.”<sup>14</sup> Pode-se dizer, portanto, que até as memórias são hegemônicas e que memórias nacionais hegemônicas são referidas de forma diferente entre grupos hegemônicos e periféricos.

---

14 Kadman, N. *Erased from Space and Consciousness. Israel and the Depopulated Palestinian Villages of 1948*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 2015, p. 38-39.

A colonização das novas terras daria uma continuidade à prática pré-guerra: se estabelecer em terras virgens e cultivá-las. Mas tal prática não pode ser imoral, o discurso dito sionista não pode se poluir com os vestígios dos vilarejos abandonados, pois o sujeito sionista, jovem e idealista, pode questionar a moralidade dos fatos. Por isso se apagaram os vestígios da presença dos palestinos. O poder-saber funcionou artificialmente na subjetivação de “um povo sem terra colonizando uma terra sem povo”.

Após a guerra de 1967, quando a Cisjordânia foi conquistada, o discurso político inevitavelmente teve que mudar. A Cisjordânia compreende, na sua maior parte, uma região montanhosa e semidesértica, pouco propícia a agricultura. No entanto, foi lá, segundo o Velho Testamento, que ocorreram os fatos realmente importantes da narrativa bíblica. Com a ascensão de facções nacionalistas religiosas ao poder, o povoamento desta região foi introduzido no discurso político como “o verdadeiro sionismo”. Camadas inteiras da população que estiveram marginalizadas durante as primeiras décadas da colonização de Israel, sem sentirem-se protagonistas da subjetivação sionista hegemônica, saíram do escuro e conduziram a ocupação colonialista da Cisjordânia, assumindo a identidade que sentiam não ter recebido antes. Religiosos e muitos da segunda geração de imigrantes sefaradis se tornaram a vanguarda do nacionalismo conquistador, colonizando terras repletas de palestinos que, agora, haviam sido declaradas como a essência territorial bíblica do povo judeu, e, de novo, se autoproclamando como os novos sionistas. Durante quase 50 anos, 300.000 colonos se estabeleceram na Cisjordânia, criando uma situação na qual qualquer acordo futuro seria impossível.

Há 100 anos somos testemunhas do regresso do povo judeu a sua terra [...] sabemos que para concretizar o sonho sionista de volta a Israel e o fortalecimento do Estado de Israel, são necessários certos requisitos:

- 1) Ter fé na justiça da retenção da terra em nossas mãos [...]
- [...]
- 7) Povoar a Cisjordânia com um milhão de colonos [...].<sup>15</sup>

Um vasto percurso foi percorrido desde que a bandeira do sionismo foi hasteada com a missão de comprar terras agrícolas para criar uma agricultura

---

15 Trecho extraído do *web site* da Administração Civil da Judeia e Samaria.

nascente, até chegar ao estágio em que se justifica a ocupação de terras bíblicas, uma vez que “sem elas, o projeto sionista não faz sentido”<sup>16</sup>.

As populações religiosas e muitos dos sefaraditas, para justificar a continuidade do projeto territorial e, de certa forma, como reação por terem sido marginalizados nas primeiras décadas da colonização, tornaram-se mais radicais e apegados à terra bíblica, olhando com desprezo o que foi realizado antes. O novo discurso político falava sobre o território, não sobre a terra. Os colonos dos anos pós 1967 se tornaram sujeitos do “sionismo como renascimento da nação bíblica judaica”.

Vimos, portanto, como rupturas históricas (anexação inesperada de terras em duas guerras vitoriosas) rompem uma continuidade artificial da narrativa e, com a inversão de forças, há um câmbio de discurso. Pode-se dizer que Israel deixou de ser um país para se tornar uma ideia. Nesse caso, não é mais possível definir fronteiras territoriais, tudo deriva de uma Providência Divina.

## **O Sionismo e o imigrante**

Já no começo do século XX, o empreendimento sionista quase perdeu seu ímpeto inicial quando os Estados Unidos abriram as portas para a imigração massiva dos judeus da Europa Oriental: dois milhões de judeus se foram em dez anos. O problema imediato a ser resolvido pelo Sionismo perdeu muito de sua urgência, com uma solução prática que serviu de refúgio para a população perseguida.

Tal ruptura histórica foi determinante na inversão de forças provocada. A influência e o protagonismo relativo das populações jovens que não emigraram para a América e resolveram ir para a Palestina foi determinante na formação da liderança da comunidade local e do tipo de sociedade que se constituiria. Esta população jovem e pouco numerosa vinha de meios revolucionários e teve uma oportunidade única de liderar um processo social *sui generis*, em vez de diluir-se dentro de uma possível imigração massiva de judeus, em sua maioria religiosos provenientes do *shtetl*, que poderiam ter vindo para a Palestina. As relações de poder iniciais - que se refletiram numa padronização da imigração por parte da elite judaica burguesa europeia (por intermédio dos congressos sionistas e de suas recém-formadas instituições) - já concretizadas nas primeiras tentativas de colonização financiadas pela família Rotschild, inverteram-se completamente em poucos anos. Os

---

<sup>16</sup> Messica, G. Conselheiro Geral da região de Samaria, em discurso de 11/10/2010.

imigrantes da segunda e da terceira onda, liderados por uma inesperada vanguarda revolucionária e não conformista, tomou as rédeas e moldou um modelo diferente de colonização.

A má experiência destes jovens, de não aceitação como candidatos preferentes aos postos de trabalho nas poucas fazendas já existentes na Palestina (diante da mão de obra palestina local), principalmente por não terem qualquer experiência, levou-os a criar comunas de trabalho, a princípio nômades (*Gdud HaAvoda*) e depois sedentárias, como os *kibutz* ou os *moshav* (aldeias cooperativas). Eis uma inesperada guinada ao socialismo, que perduraria durante décadas e seria a vanguarda do coletivo; sem ela, provavelmente, não haveria se fundado o Estado independente. Em seguida criariam o Sindicato Nacional (*Histadrut*), o Seguro Social e a Saúde Pública. Tudo isso excluindo os palestinos, instituindo uma prática de separação étnica que se manifestaria nos campos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Assim, algo impensável 20 anos antes tomou forma e se autorreconheceu como a realização do sionismo. A frágil e escassa população judaica da Palestina aceitou esta tutela, e assim se subjetivou o “sionismo como força socialista que constrói a nação”. Esta prática perdurou por décadas, visto que todas as sucessivas ondas de imigração chegaram à Palestina em condições precárias e era conveniente ter uma infraestrutura que as recebesse. Enfim, uma prática parecida a de um rebanho sem rumo que precisa de um pastor. Os criadores dos alicerces do novo Estado e os novos imigrantes (sempre havia novos “mais novos”) se mesclaram numa relação de força conveniente para todos, criando e idolatrando novas práticas como trabalho físico, defesa pessoal, amor a natureza, doutrinação socialista, enfim, tudo que servisse como a “fogueira da tribo”, e sempre como “verdadeiro sionismo”.

Alguns eventos históricos ocorridos nos mesmos anos dramáticos da fundação de Israel como lar nacional judaico, reconhecido e aceitado pelo mundo, proporcionam um cenário no mínimo problemático e na realidade traumático para a continuidade do projeto:

- a guerra da Independência (1948-49) criou uma população de refugiados palestinos fora das fronteiras do país, que o governo israelense proibiu que regressasse, designando terras despojadas como prioritárias para o estabelecimento da população judia (para consumir fatos);
- uma minoria considerável de palestinos permaneceu dentro das fronteiras, tornando-se “cidadãos sob suspeita”, com muitos direitos restringidos por muitos anos;
- uma população considerável de judeus refugiados do holocausto chegou a Israel, a maioria traumatizada e desorientada;

- os judeus residentes em países árabes foram forçados a abandonar seus países sem seus pertences e, na sua maioria, imigraram para a Israel.

Quase sem alternativa, com uma ebulição populacional tão aguda em tão curto tempo, o recém-criado país deu uma “continuidade histórica” ao processo de emancipação nacional em marcha. O espírito ideológico manteve seu protagonismo com força redobrada, não só para manter viva a motivação (em absorver tanta gente nova) na população local recém-saída de uma guerra penosa, que custou milhares de vítimas, mas principalmente para moldar as identidades nacionais dos recém-chegados e recém-anexados.

Neste processo histórico, as novas populações, mais numerosas que a comunidade já estabelecida no país antes da guerra de 1948, transformaram-se em ingredientes num “caldeirão de culturas” (*melting pot*) promovido abertamente pelo governo de Ben Gurion. O problema da identidade perdida iria ser resolvido com a nova subjetivação fabricada numa grande mistura impulsionado pelo regime, que se expandiu pela sociedade, tomando corpo em mecanismos de dominação.

Ninguém melhor que os judeus sabe o que é este momento de imigração, esta chegada não planejada, em que o imigrante está não apenas fora de lugar, mas também, e principalmente, sem lugar, ou seja, na nação de outros, nas margens da sociedade, nas fronteiras, nos escritórios de imigração, nas salas de aula de hebraico (o idioma revivido para ser falado por um sujeito renascido), nas agências de emprego.

O imigrante é um marginal, porque vive na margem, e é também um integrado, porque se agrega a um grupo que recebe confirmações de identidade proporcionadas pelo país ao qual chegou e com o qual se relaciona sem ser absorvido. Ele não tem alternativa senão constituir sua identidade naquele não lugar que, assim dizem, será o seu lar definitivo. Não é a identidade de um ser, mas de um estar/devir no mundo, em um processo de estruturação improvisada que vai acontecendo em tempo real.

O lugar que recebe este imigrante, entretanto, é um lar nacional que se sente frágil e ameaçado, e, em nome do sionismo, impõe-se uma ordem hierárquica na qual a identidade abstrata e totalizadora do “Nós” vai incorporar e absorver as identidades dos “Outros”.

Em textos que se ocupam de sociedades compostas de imigrantes, Homi Bhabha propõe que estes conceitos sejam pensados não em termos da lógica “ou um ou outro”, mas em termos de “tanto um como o outro”, ou seja, uma lógica de inclusão mútua, não totalizante, em que cada narrativa étnica

particular de diferença não é jamais absorvida ou assimilada pela narrativa hegemônica, criando um coletivo muito mais complexo e articulado, em contraste com uma lógica de exclusão simplificadora (o chamado *melting pot*). Em Israel prevaleceu esta última.

O imigrante sefardi, recém-chegado, não teve a oportunidade de ser um refugiado, e passou a ser um “sujeito sionista” desde o momento de sua chegada. Depois de permanecer em campos de trânsito, foi mandado em caminhões, com a família e os poucos pertences resgatados, para algum lugar remoto perto da fronteira, já que a prioridade do governo era povoar as regiões despojadas dos palestinos, vizinhas das fronteiras, no intuito de mostrar presença e consolidá-las.

Tampouco o imigrante sobrevivente do holocausto pode sentir-se um refugiado, sequer teve a oportunidade de contar sua história. Por intermédio da rede de mecanismos do *melting pot* do qual ninguém escapava, tornou-se também um “sujeito sionista” que emudece a sua tragédia e tenta arregaçar as mangas para fazer parte da construção do novo lar. Sua única alternativa era entrar no molde.

Só em 1961, com o julgamento de Eichmann, que se tornou um espetáculo midiático sem precedentes, é que os terríveis segredos começaram a vir à tona. A publicidade em torno desse julgamento, com testemunhos em viva voz de sobreviventes que foram ignorados por 15 anos, contrastou com a apatia demonstrada nos seus anos mais difíceis. Nos anos após a guerra, na relação entre formas de poder e o que se difunde como saber, o país estava muito ocupado em tarefas vitais de construção e o refugiado do holocausto não tinha um papel importante em tal esforço (nem ao menos podia ser mandado para viver num lugar hostil como os sefardis). Em 1961, a história do holocausto já servia para fins diversos, como a inserção do holocausto na narrativa estatal e padronização do castigo dos nazistas por parte do novo país. De novo, a difusão do saber adotou o holocausto retroativamente na história do Sionismo.

Também os antigos idiomas foram excluídos neste renascimento. Já nos anos 1950, Ben Gurion proibiu que se apresentassem peças de teatro em *ídish*. E falar na rua o árabe milenar usado pelos sefardis era vergonhoso. Assim, calaram o imigrante, em nome do Sionismo. Falar em língua estranha era subversivo segundo a vigilância ideológica. O hebraico, milagre linguístico que renasceu como uma fênix, tornou-se um instrumento de disciplina.

Mas o desdobramento mais importante das práticas problemáticas da absorção dos imigrantes através dos estágios iniciais da colonização foi o despertar tardio dos que se sentiram vitimados pelas práticas hegemônicas

que lideraram e padronizaram a criação do Estado. Estamos falando dos judeus sefaraditas e dos religiosos. Com a conquista da Cisjordânia, e principalmente com a subida da direita ao poder (que incluía camadas que se sentiram injustiçadas nos primeiros anos), iniciou-se um processo inédito e surpreendente: repetir a experiência de colonização do lugar, mas agora como lideranças e não como personagens secundários. Como se um novo manifesto sionista fosse anunciado, e ignorando o que se fez nos anos anteriores, uma nova hegemonia se dispôs a reiniciar a colonização. A população antes subjetivada como “povo-rebanho”, ansioso por um pastor que os acolhesse, agora é subjetivada como “povo-injustiçado”, manejado por um novo poder que a tira do anonimato, da secundaridade.

Com novos conteúdos (religiosos, messiânicos), com um contexto diferente (dentro de uma população de milhões de palestinos com uma má experiência de refugiados acumulada desde a guerra de 1948), e com um fator demográfico decisivo (como maioria que só cresce), criou-se um monstro colonizador que, com os anos, tornou-se mais fanático e extremista. E, para obter uma legitimidade de suas práticas, autodenominou-se “sionismo religioso”. Não como uma simples continuidade do “antigo sionismo”, descrito como decadente, mas como o início do “verdadeiro sionismo”. Como escreve Veyne, “[...] essa mesma banalidade ideológica é repetida a propósito de práticas muito diferentes [...]”<sup>17</sup>.

## **O Sionismo e o corpo**

O discurso sionista, desde suas primeiras etapas, referiu-se à “cura” ou à restauração do corpo judaico como uma de suas prioridades. A ideia era o “desenvolvimento do físico”, em oposição à dedicação exclusiva ao “desenvolvimento do espírito”, típico da diáspora.

O líder sionista Max Nordau, já no Congresso Sionista de 1898, falou em “judaísmo dos músculos” (*Muskeljudentum*). Este termo descrevia uma idealização do judeu forte, veloz e resistente para realizar o renascimento nacional sionista.

O ideal físico do novo judeu promovido pelo Sionismo não só se tornou um elemento constante da literatura e das artes plásticas como

---

17 Veyne, P. *Como se escreve a história...*, op. cit. p. 159.

provocou uma identificação enorme da vanguarda da colonização: a conquista do trabalho físico e a entrega total à defesa da terra traria uma nova imagem do corpo.

A. D. Gordon, por exemplo, uma espécie de Tolstoi judeu, foi o profeta do trabalho físico com valor humano, educando algumas gerações de jovens a idolatrar o trabalho da terra como negação do modelo judeu da diáspora e como um ideal supremo de autorrealização.

Desse modo, “o discurso sionista posicionou a recuperação do corpo judeu como um de seus objetivos principais, determinando que o desenvolvimento do físico se opõe ao desenvolvimento unilateral do espírito, como ocorreu na diáspora”<sup>18</sup>.

A entrega do corpo ao ritual do trabalho físico foi acompanhada daquele da entrega do corpo para a autodefesa. O judeu que se defende é forte, destemido e não tem medo de se sacrificar, ao contrário do judeu da diáspora.

Não tardou muito e figuras bíblicas se tornaram personagens mais parecidos a heróis da mitologia grega do que a pastores e lavradores humildes. Heroísmo e empenho absoluto pela causa exigiam modelos físicos exuberantes. Criou-se um diferenciador corporal na equação diáspora-lar nacional. A tal ponto que imigrantes que chegaram durante anos 1940 e 50 se sentiram intimidados e humilhados pela superioridade física e pela arrogância dos jovens judeus que já lá viviam.

Enfim, o corpo do novo judeu em sua terra estava recrutado pelos mecanismos de poder, e entregue à causa.

Gerações de jovens se alistaram no exército durante dezenas de anos, e, voluntariamente, buscaram sempre as unidades mais perigosas. Pertencer a estas unidades proporcionou um *status* social que provocava associações com força, coragem, resistência, mesclando-se, inevitavelmente, com a imaginária virtude de apego à causa nacionalista, “em vida e na morte”.

Escreve Iehuda Amichai, um dos grandes poetas israelenses, já nos anos 1960, olhando em perspectiva para trás:

Como se revela aquela geração da guerra da Independência nos olhos de nossos dias? Topetes de cabelo, peles queimadas pelo sol, olhos claros, [...] o rapaz e a jovem com a bandeja de prata, o oposto da diáspora, [...] deslumbrem a juventude!, para depois anunciar: deslumbrem os nossos cadáveres enfileirados numa longa, muito longa fileira!...<sup>19</sup>

---

18 Gluzman, M. *The Zionist Body: Nationalism, Gender and Sexuality in the New Hebrew Literature*. Tel Aviv: HaKibbutz HaMeuchad, 2009, p. 23.

19 Em discurso num congresso de escritores realizado em 1968.

O próprio Ben Gurion associou a cultura do físico com o esforço e o sacrifício ditados pelo Sionismo:

Com a imigração para a nova terra, com seu apego ao solo e ao trabalho, o ser judeu se restaura [...], uma nova era se abre, uma era onde os judeus moldam seus destinos com sua própria força, seu trabalho, seu esforço corporal e espiritual enquanto viverem e, se necessário, também em sua morte.

A linguagem do poder aplica a política de coerção por meio da disciplina, que fabrica corpos submissos ou corpos dóceis. Ela dissocia o poder do corpo e o transforma em uma máquina de produção para servir a determinados interesses. A disciplina estabelece a distribuição dos corpos no espaço de forma instrumental, como um adestramento. Assim se constitui o “corpo sionista”, trabalhador e combatente, voluntariamente dedicado a um sacrifício.

Invariavelmente, esta submissão voluntária sempre se intitulou um ato sionista por excelência, sem uma análise crítica dos fins para os quais o corpo está sendo usado. Guerras fúteis e absurdas, juventudes perdidas, famílias destroçadas, nunca em aventuras nacionalistas erráticas, mas sempre como vanguarda do Sionismo, como gladiadores a serviço de um imperador imaginário.

## **O Sionismo e o trabalho**

De forma similar, o retorno ao trabalho físico foi uma importante face do renascimento promovido na emancipação nacional dos judeus.

Depois de séculos na diáspora, sem possibilidade de possuir terras agrícolas e cultivá-las, e, por outro lado, destinados a uma constante andança de um lugar a outro, escapando de perseguições e procurando oportunidades mais estáveis, os judeus se dedicaram a profissões que possibilitassem mobilidade. Desde finanças, passando por medicina até a pequena artesanaria. A criação de um lar nacional, com a eventual “normalização” do judeu (sedentarismo, criação de uma economia local em todos os níveis etc.), seria a oportunidade para finalmente pôr o trabalho (com ênfase no manual) como prioridade.

Mas a glorificação do trabalho passou por um processo bastante sinuoso. A primeira onda de imigrantes que chegou no final do século XIX (patrocinados pela família Rotschild) realmente se dedicou à agricultura, mas empregou lavradores palestinos locais como mão de obra barata e especializada (em cítricos e vinhedos). Quando as novas levas de imigrantes

judeus chegaram, já no começo do século XX, não havia interesse em lhes dar trabalho, pois eram novatos e inexperientes. Naquele momento, a própria continuidade do projeto de criação de um lar nacional judeu corria perigo. A chamada “conquista do trabalho judeu” se tornou, então, a máxima preocupação, sem soluções triviais.

Mas como se comentou anteriormente, houve uma casualidade extraordinária: muitos dos imigrantes que chegaram no início do século XX eram jovens idealistas da Rússia, Ucrânia e Galícia. Uns socialistas, outros não, mas a maioria procurava de forma consciente se reinventar no nível pessoal na nova terra. Durante alguns anos, organizaram-se em comunas de trabalho, em obras públicas (construção de estradas) ou em fazendas remotas. Desta população surgiu a liderança local que tomaria a frente da comunidade judaica na Palestina criando as bases institucionais e operativas do futuro país.

Estas pessoas inventariam o *kibutz* como modelo comunal de vida e fundariam o sindicato todo poderoso e as empresas estatais que controlariam todos os setores econômicos e sociais do lugar por algumas décadas. Em pouco tempo, a força de trabalho estava recrutada em sua totalidade ao esquema sindicalista e às comunas agrícolas.

O modelo do “socialismo que funciona”, voluntário, idealista, militante, distante do modelo soviético, despertou a imaginação de todos, tornando-se, inevitavelmente, uma vitrina do Sionismo.

Mas, em uma análise mais profunda, revela-se uma domesticação do trabalho como executor de objetivos ideológicos.

Escreve o historiador Zeev Sternhell:

A colonização comunal não foi fruto de uma decisão ideológica consciente; o capital público para o financiamento de suas necessidades, em nível nacional, não chegou como uma negação do capital privado. As comunas agrícolas se constituíram por causa da recusa de fazendeiros particulares em trocar a mão de obra árabe pela judia. [...] A colonização comunal financiada pelo capital público foi a solução sionista para a conquista da terra, para o desemprego e para a absorção de novos imigrantes, e não uma solução social cujo objetivo era combater a desigualdade social e o capital privado.

Era claro que o capital privado concentrado seria o motor econômico da nação em formação. Sem uma burguesia urbana (e, conseqüentemente, um proletariado urbano) não chegariam investimentos, e o projeto de enriquecimento econômico estacaria. Como então se poderia manter simultaneamente um projeto de caráter comunal e socialista?

## Continua Sternhell:

Sem perspectiva de um câmbio social mais profundo, sem uma aspiração autêntica a um sistema igualitário, cultivou-se um sentimento de superioridade cultural do trabalhador físico, forrado de símbolos e mitos. A ideologia produtiva colocou o trabalhador físico como exemplo a ser seguido, sem abandonar o aumento do acúmulo de capital pela burguesia. [...] Esta concepção legitimou o status quo [...], os trabalhadores físicos eram a aristocracia local, e não a burguesia [...] eram o topo da sociedade, realizadores do sonho sionista e exemplo do novo judeu [...].

Com o passar dos anos, chegaram as inesperadas rupturas históricas. A imigração massiva de judeus sefaraditas após a guerra da Independência e as inesperadas conquistas de 1967 disponibilizaram uma população proletária barata e descartável, primeiro na figura dos novos imigrantes e depois na figura do palestino conquistado. A idolatria do trabalho manual foi sendo abandonada e até hostilizada. O poder, que logo seria controlado pela direita nacionalista, diferenciou-se do que havia restado do discurso anterior, hostilizando-o como socialista (o que nunca foi, em nível nacional). Membros de *kibutz* e integrantes da vanguarda passaram a um plano secundário, até mesmo os desfiles de Primeiro de Maio desapareceram. Estaria completa, assim, uma transição pouco linear que começou com a conquista do trabalho judeu, passando pelos novos imigrantes e culminando com os palestinos.

Mais tarde, com a globalização, o neoliberalismo econômico da escola de Chicago se apoderou, pouco a pouco, de todos os setores, destruindo as proteções sociais das camadas pobres da população. Os novos heróis passam a ser, agora, os empresários de *start ups*, a maioria deles com ações comercializadas em New York ou Londres, e cujo sonho é ser adquirido por multinacionais estrangeiras. Como comentou um dos novos empresários israelenses numa conferência: “somos a nova face do sionismo”.

Mas talvez o paradoxo mais gritante seja o da agricultura. A quase totalidade do trabalho agrícola é feito há anos por tailandeses (que chegam para permanências limitadas de alguns anos) e palestinos, mas os proprietários das terras e chefes de trabalho são os israelenses. Um grande caminho foi percorrido em algumas décadas, todavia o verniz ideológico manteve-se preservado e polido. As grandes estufas de hortaliças e vegetais no deserto do Neguev, por exemplo, são capazes de produzir e exportar para a Europa doze meses por ano, sem limitações climatológicas. Os donos das terras e os capatazes judeus

são vistos como “a vanguarda do novo sionismo que vai ao deserto e traz divisas ao país” (propaganda do governo na televisão local). Uma visita a essas fazendas (ou a qualquer comunidade agrícola em Israel) revela facilmente a identidade étnica dos trabalhadores. Vale destacar como alguns dos fazendeiros entrevistados se colocaram em relação à questão:

[...] o que me trouxe para cá foi o sionismo e o trabalho agrícola [...] no México você pede para o ministério 200 lavradores e os recebe no dia seguinte. Quando acaba a tarefa, eles se vão, assim, de forma limpa, sem problemas, aqui é difícil receber tal apoio [...] tentei não depender de tailandeses, pedi ao ministério mulheres palestinas, elas gostam de colher pimentões [...].<sup>20</sup>

## O Sionismo e o inimigo

O Sionismo nunca articulou políticas claras, somente um objetivo. Os acontecimentos históricos nestes 140 anos, desde que os primeiros textos foram publicados até hoje, criaram incessantemente encruzilhadas de decisões, algumas estratégicas e cruciais, outras táticas. As decisões nestas encruzilhadas foram o reflexo das casualidades e das relações de poder em cada momento.

Como dissemos no início, não existe inevitabilidade na história. Existem, sim, narrativas hegemônicas que tentam criar uma coerência para justificar situações presentes, tanto no lado judeu-israelense como no árabe-palestino (sim, os palestinos também têm o seu discurso hegemônico).

Em cada encruzilhada histórica há sempre o começo de um outro caminho. Com certeza nunca existiu um “manual sionista” que ajudasse nas decisões. O que houve, e sempre foi uma prática, foi explicação *a posteriori* da decisão tomada como sendo a “decisão sionista adequada”. Nesse sentido, o Sionismo atuou como refúgio de ideologias de poder, sejam nacionalistas, sejam sociais.

Este texto não pretende realizar uma análise histórica. Ao contrário, quer abordar as relações entre poder e saber e a consequente subjetivação dos indivíduos.

Para os céticos, que acreditam cegamente na inevitabilidade das narrativas israelense (invariavelmente chamada de sionista) e palestina,

bastaria dar alguns exemplos de encruzilhadas em que, caso diferentes rumos tivessem sido tomados, a realidade, hoje, seria diferente, sem que o Sionismo fosse traído ou desacreditado. Entre estes rumos, podemos explorar alguns:

- O poder local exercido pelos judeus, depois das primeiras ondas de imigração nos anos 1920, estimulou o crescimento de instituições de caráter nacional como sindicatos, companhias governamentais de infraestrutura, saúde, bancos, educação etc. Caso estas instituições fossem abertas à população palestina local, criando uma coexistência útil e atrativa para todos, o potencial de um futuro conflito seria minimizado.

- O governo britânico, que governava a Palestina por ordem do Mandato, cometeu muitos erros em relação aos temores dos palestinos diante da imigração judaica. Os Distúrbios Palestinos de 1929 (que são considerados o início do confronto armado entre judeus e palestinos) poderiam ter sido evitados facilmente.

- Os palestinos poderiam ter aceitado a partilha da Palestina aprovada pela ONU em 1947, o que evitaria todos os confrontos posteriores.

- No fim da guerra da Independência, em 1948, Ben Gurion proibiu o retorno de milhares de palestinos às suas terras (independentemente da suspeita de haverem, no nível pessoal, participado dos combates como inimigos). Uma decisão contrária teria minimizado o problema de refugiados e eventualmente evitado a radicalização do movimento nacional palestino.

- No fim da guerra de 1967, Israel poderia ter utilizado os territórios conquistados para uma negociação de “paz em troca de territórios”, o que mudaria o panorama da região. Resolveu, ao invés, colonizá-los permanentemente, pondo os palestinos num beco sem saída.

Estes são apenas exemplos que procuram imaginar uma narrativa teórica alternativa, absolutamente possível e viável, sem trair o objetivo do Sionismo. Podem também ajudar a dissociar o Sionismo das práticas nacionalistas e sociais exercidas por ambos os lados e a concentrar-se no principal: por que sempre a bandeira imaginária do Sionismo é hasteada para justificar as práticas do poder?

Não resta dúvida que, enquanto o problema palestino não for resolvido, Israel será questionada e existirá com um cancro interno. O colonialismo característico do final do século XIX e princípio do XX é anacrônico e inaceitável. Israel se fecha dentro de muralhas indefensáveis para preservar o *status quo*, e o discurso, tanto para fora quanto para dentro, permanece monolítico, como um mantra religioso. Por isso a narrativa precisa do Sionismo para criar uma coerência aparente, evitando que se pergunte: “A história poderia ter sido diferente?”

## Reflexões

Há uma hermenêutica nacionalista que tenta julgar os indivíduos por sinais externos, que se rotulam sionistas. A identificação do indivíduo, seja judeu israelense ou da diáspora, com as práticas de governo se mede a partir de uma escala “sionista”, que intimida, subjuga e perverte uma dialética que poderia pôr em xeque a lealdade ao discurso hegemônico. Esta lealdade se interessa no enquadramento do indivíduo a uma suposta função histórica. O verniz deste processo “objetivo” é o Sionismo.

Neste contexto, a subjetivação do imigrante não faz parte de uma ideologia sionista, e sim de práticas de poder. O *melting pot* foi a opção natural de uma liderança carismática e forte, em face de uma população frágil que requeria um paternalismo.

Da mesma forma, a idealização do trabalho como valor foi convocada para povoar a terra e ará-la, sem o que talvez não fosse possível o projeto de criação de um lar nacional. E esta idealização continua ainda hoje, quando é o Outro que a realiza, e o judeu-israelense é aplaudido por vender *start ups* a estrangeiros. Novamente, práticas de poder controlando a percepção, o saber.

E assim também a catequização dos jovens, alistando-se no exército ou despojando vilarejos palestinos anônimos e sem face para reviver um passado bíblico anacrônico.

O cerco perverso de Beirute, na guerra do Líbano de 1982, se inspira no Sionismo na mesma medida em que o macarthismo nos anos 1950, nos EUA, corresponde à Declaração da Independência de George Washington e Thomas Jefferson. Traçar uma linha histórica imaginária entre o confinamento de palestinos em cantões isolados na Cisjordânia e os livros de Hertzl, criador do Sionismo político, parece-se com a linha que une os massacres franceses na Argélia nos anos 1950 e a Revolução Francesa.

O nacionalismo israelense se tornou sinônimo de Sionismo, enfraquecendo seus argumentos. O poder recruta o Sionismo como uma etiqueta *prêt-à-porter* de ocasião, silenciando qualquer diálogo, viciando o discurso, forjando sujeitos obedientes, matando inimigos reais e imaginários.

A grandeza do Sionismo foi a simplicidade do seu fundamento. O lar nacional tão almejado não tinha definições: podia ter sido um país independente ou um protetorado; podia ser laico ou religioso; multiétnico ou racista; socialista ou fascista. Foi pensado como solução para judeus da Europa Oriental e acabou sendo também o refúgio de sefaradís. Começou com uma negociação com os turcos, continuou com os alemães, ingleses, russos e americanos. Mas nunca houve uma com os palestinos. Desprezou por anos a diáspora e depois

a recrutou para fazer o *lobby* que protege, no exterior, incondicionalmente, as políticas de Estado.

O devir-país sempre experimentou uma dinâmica imprevisível, o que é natural e não merece julgamento. O que se condena aqui é o incessante enquadramento da totalidade dos desdobramentos desta dinâmica em um perímetro imaginário denominado Sionismo. É a ideologia nacionalista, facilmente questionável e vulnerável a críticas, que tem que se sentar no banco dos réus. Chamá-la de sionista a torna imune a críticas e higieniza sua imagem, uma vez que práticas de injustiça racial e social, tão visíveis e condenáveis, transformam-se em processos inevitáveis no momento em que são definidas como atos sionistas.

Por isso o mundo acaba se confundindo também, levado pelos mesmos mecanismos de subjetivação. As críticas às políticas de Estado se tornam críticas ao Sionismo. O mundo também se esquece do que o Sionismo prega de forma simples e clara, e vê, de repente, uma entidade nacional que, em vez de simpatia, atrai hostilidade. Daí ao antissemitismo o caminho é curto.

Seguindo a linha de pensamento foucaultiana, a pergunta mais importante seria então: o que possibilita ao Sionismo ser utilizado impunemente como uma ideologia de Estado, sendo continuamente recheado de conteúdos que nada tem a ver com seu significado inicial e fundamental?

O exemplo mais fresco na memória é o comunismo. Nascido de um manifesto (válido ainda em nossos dias...), inspirou um movimento revolucionário justamente na Rússia, um dos países menos previsíveis. Não é necessário descrever as práticas de Estado levadas a cabo nas décadas seguintes: industrialização forçada, expropriação de terras agrícolas, o Gulag, militarização assombrosa, conquista de países vizinhos, criação de uma oligarquia etc. Nada disso tinha a ver com as ideias libertárias do Manifesto, e tudo foi feito em nome do comunismo. Note-se a subjetivação dos indivíduos nesta época: o trabalhador stakhanovista, o esportista-que-traz-a-glória, o soldado libertador, o cientista-que-constrói-foguetes, todos a serviço da produção de indivíduos dóceis e disciplinados.

Evidentemente, a comparação é problemática, principalmente porque na Rússia existiu uma coerção contínua como parte de um regime totalitário. Em Israel nada se parece a tal regime, mas o comum entre os dois é a assimilação das práticas e a disponibilidade para a subjetivação.

Usando a comparação, ainda que grosseira, a primeira associação que vem à mente é a fragilidade, a artificialidade da apropriação de uma etiqueta para “manter a fogueira da tribo acesa”. Como se, sem esta fogueira, a tribo se dissolvesse. Ou, pior ainda, a tribo já esta desmembrada, a fogueira é apenas aparência. Ou ainda, é o símbolo de algo que conserva uma falsa unidade.

Mais importante ainda nesta comparação é o fato de as ideias do Manifesto terem sido desvirtuadas pelas práticas do regime soviético russo – tornou-se quase impossível pensar num “outro comunismo”. A insistência do poder soviético em usar incessantemente a etiqueta criou o sinônimo artificial comunismo = totalitarismo. Sobra para a posteridade o desafio de pensar o comunismo de forma diferente, exatamente como no caso do Sionismo. É possível pensá-lo de outra forma, não desvirtuado por práticas alheias?

A consequência mais dramática deste processo é a inversão total da subjetivação do judeu emancipado. No começo da colonização se moldou um indivíduo oposto ao judeu da diáspora, o “hebreu” (*ivri*) em lugar do judeu, excluído dos complexos de vítima, dono de seu destino, isento de um fatalismo religioso, renascido em uma identidade normalizada, não anormal como minoria perseguida. Ao cabo destes anos, existe um retorno à diáspora, o hebreu volta a ser judeu – subjetivado como vítima, perseguido, apoiado em um misticismo resignado, quase um suicida em busca da salvação divina (note-se o fanatismo dos colonos).

Com certeza não se trata de um exercício maquiavélico por parte do regime. O sentimento de que tudo o que se leva a cabo nas práticas políticas e sociais tem um fundamento sionista é um sentimento autêntico. Mas, ao invés de subjetivar indivíduos que se rebelam contra uma anormalidade (a diáspora), fabrica um modelo de diasporização local.

Recorrer ao Sionismo parece mais com um ato de salvação, como agarrar-se a um tronco de madeira durante um naufrágio. Um naufrágio incessante, pois sempre há uma tempestade gigantesca sobre o barco dos judeus – quando são assassinados nas ruas de Tel Aviv, quando são agredidos nas ruas de Paris, quando são criticados pelo New York Times, quando saem para as guerras, e quando revistam documentos de palestinos em intermináveis filas, ao longo dos muros gigantescos que definem uma separação étnica intragável. E há um perigo de tempestade também quando estão tomando uma cerveja gelada na praia de Eilat, ou passeando na Galileia num carro japonês recém-lançado, ou assistindo uma partida de futebol em Jerusalém.

A tempestade, sempre a tempestade. A vida em função da tempestade.

O perigo sempre atrás da porta. Estar permanentemente preparado para o pior. Os cossacos vêm aí....

\* Bentzi Laor vive em Israel. Tem trabalhado em companhias multinacionais desde muitos anos. Participa de atividades políticas e humanitárias que suportam tanto a minoria palestina que vive em Israel como a população palestina nos territórios ocupados por Israel. Estudou Filosofia na Universidade de Tel Aviv e participa de diversos círculos e grupos de estudo que enfocam a filosofia continental europeia do século XX.

